



CAPITALISMO NEOLIBERAL DE TERCEIRA VIA E AS POLÍTICAS DE ESPORTES: A PEDAGOGIA DA HEGEMONIA EM CAMPO¹

Marcelo Paula Melo

RESUMO

O capitalismo neoliberal da Terceira Via visa definir seu projeto como distinto tanto do neoliberalismo como da velha socialdemocracia, sendo implementada pelo que chama de Centro Radical ou nova esquerda. O conjunto de questões que marcam o projeto capitalista neoliberal da Terceira Via incide no campo dos esportes. Isso índice na promoção do chamado trabalho voluntário, nas ações ditas sociais dos empresários, bem como na propaganda dessas ações como centrais para enfrentamento das sequelas da questão social. Palavras-chave: terceira via, políticas de esportes, capitalismo;

PRIMEIROS PASSOS

Há uma pluralidade de denominações acerca das modificações do projeto dominante para o século XXI, complementando as dimensões trazidas pelo capitalismo neoliberal e adequando as estratégias burguesas de obtenção do consenso. Dentre esses, ganhou destaque, a denominação “projeto da Terceira Via”, que marcou a conjuntura no fim dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000. Sistematizado pelo sociólogo inglês Anthony Giddens², esse projeto político buscou ser um rearticulador da nova socialdemocracia europeia e mundial que assumiu o poder em diversas formações sociais depois de seguidos governos dos partidos conservadores e historicamente de direita. Como aponta Giddens, pensar a Terceira Via como algo estritamente inglês por conta da apresentação do termo estar vinculado ao governo de Tony Blair (1997- 2007) e do Partido Trabalhista Inglês (até 2010, com Gordon Brown), é ignorar que diversos partidos de vários países seguem tais princípios, ainda que não se declarem como tal. Para seu sistematizador, seria “... mais exato falar de único e amplo fluxo de pensamentos da Terceira Via, para o qual os vários partidos e governos estão contribuindo” (2001b, p. 39). O capitalismo neoliberal da Terceira Via visa definir seu projeto como distinto tanto do neoliberalismo como da velha socialdemocracia, sendo implementada pelo que chama de Centro Radical ou nova esquerda. Sua tarefa central é assim explicitada por seu ideólogo mais famoso: “reestruturar as doutrinas

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização

² Professor da Escola de Economia de Londres (London School of Economics), tendo sido seu diretor, Anthony Giddens ficou mundialmente conhecido para além do âmbito acadêmico a partir de sua aproximação com o Partido Trabalhista Inglês com a chegada de Tony Blair à posições de destaque no partido e na cena política inglesa. Giddens, durante todo o governo Blair, foi um dos principais interlocutores do primeiro ministro.

esquerdistas (...)” já que os “... partidos esquerdistas estão sendo forçados a criar algo novo, uma vez que as doutrinas centrais do socialismo não são mais aplicáveis” (2007, p. 18/19).

O conjunto de questões que marcam o projeto capitalista neoliberal da Terceira Via incidem no campo dos esportes, e mais especificamente nas políticas sociais de esportes, de forma intensa. Questões como contingenciamento de recursos, focalização das políticas, atuação sob a lógica das chamadas parcerias com organismos na sociedade civil na execução das políticas, a difusão do chamado trabalho voluntário, a promoção da chamada Responsabilidade Social empresarial encontram nas ações esportivas um rico campo de atuação. Junto a esses elementos caros ao projeto de dominação contemporâneo, são atualizadas e mantidas as premissas que orientam as políticas de esportes e Educação Física há tempos. A defesa de que as vivências esportivas ajudariam a promover uma sociabilidade conformada aos marcos da sociedade capitalista e que poderia prevenir os alegados comportamentos antissociais, sobretudo juvenis, seguem presentes no projeto atual, como mostram alguns estudos (MELO, 2011).

A partir disso, esse texto irá debater como algumas ações no campo dos esportes de intelectuais orgânicos coletivos das classes dominantes na atualidade estão amplamente alicerçadas nos pressupostos do projeto capitalista neoliberal de terceira via.

SOBRE O PROJETO DA TERCEIRA VIA

Os pontos centrais expostos nas obras de Giddens (2001a, 2001b, 2007) e que expressam esse novo projeto político capaz de unificar e seduzir um conjunto significativo de frações das classes dominantes no mundo são: afirmação do capitalismo como a única forma de viver em sociedade; uma nova forma de apresentação das classes sociais, que, sem negar sua existência, busca o caráter inerente de exploração de uma classe sobre a outra que constitui as relações sociais capitalistas; uma constante essencialização do Estado e do chamado mercado, apresentados como instâncias da vida social sem nenhuma correlação com o funcionamento da sociedade capitalista e suas alterações na atual fase de hegemonia da fração financeira da burguesia; a defesa de um novo tipo de relação entre Estado e sociedade civil, em que a execução das políticas sociais de diversas ordens deixa de ser responsabilidade do aparelho estatal para ser assumida de forma precária e focalizada por organismos na sociedade civil, travestido num suposto terceiro setor; a apologia ao processo de precarização do trabalho, como forma de baratear a força de trabalho com a intensificação da exploração, via destituição de direitos dos trabalhadores.

Se os primeiros ideólogos do neoliberalismo se apressaram em afirmar a irrelevância da distinção entre Esquerda e Direita para a compreensão das ações e projetos políticos, as políticas da Terceira Via não incorrem no mesmo equívoco. O que a mesma faz é buscar retomar os pontos outrora de esquerda e apresentar uma reformulação de tal monta que desapareça realmente a distinção de projeto societário com a direita. Isso é explicitado com clareza por Giddens (2007, p. 22, grifo nosso) quando afirma que

... algumas ideias e políticas outrora associadas, sobretudo à direita política (como a privatização ou a disciplina fiscal) tornam-se corriqueiras nos programas de partido de esquerda. Num mundo que vem experimentando mudanças tão profundas, um certo pragmatismo e a disposição de experimentar são necessários.

O reconhecimento da existência das classes sociais fundamentais da ordem capitalista implica também na existência da possibilidade de convivência harmônica entre essas classes. Ou seja, buscar-se-ia, como se possível fosse, “substituir os antagonismos de classe pelas diferenças de ideias entre grupos, de tal maneira que o confronto vá cedendo lugar à colaboração” (MARTINS, 2009, p. 78).

Dentre essas modificações no papel político das classes sociais, a Terceira Via destina especial atenção a reordenar o papel político do conjunto da classe burguesa. Ao demandar uma nova postura política dessa classe, aceitando “... novas responsabilidades para com as questões sociais, atuando em projetos de desenvolvimento comunitário e na mobilização de organizações não-governamentais, associações e institutos comprometidos com esses projetos”, a Terceira via busca reposicionar política e pedagogicamente a classe dominante (MARTINS, 2009, p. 82). A ideologia da responsabilidade social permite essa renovação política da dominação burguesa, sendo paulatinamente incorporada tanto por essa classe, como por amplas frações das classes trabalhadoras. Essa busca por supostamente harmonizar as relações entre dominantes e dominados, justo num momento de modificação das funções do Estado e ampliação da exploração, cumpre relevante papel na formação da nova sociabilidade que essa lógica de dominação demanda.

Malgrado a pluralidade de expressões, é possível afirmar ser a Terceira Via, “um vigoroso programa político que visa, sobretudo, ordenar a construção de um compromisso social amplo que viabilize a realização dos desejos históricos da burguesia mundial...” (MARTINS, 2009, p. 66). Isso implica em fornecer bases teórico-práticas para as intervenções políticas que busquem aprofundar e manter a hegemonia burguesa, que teriam sido solapadas tanto pelas forças neoliberais clássicas, como pela social-democracia na visão de seus apologistas.

Um ponto importante do projeto do capitalismo neoliberal da Terceira Via é abordar o papel do Estado sob novas bases frente ao projeto neoliberal clássico. Termos como um “papel ativo para o Estado”; “um Estado forte, nem máximo nem mínimo”, são recorrentes em diversos autores propagadores dos postulados e práticas da Terceira Via. Tanto que Anthony Giddens busca dar uma interpretação do papel do Estado sob novas bases em relação aos teóricos burgueses dos anos 1980. Para o sociólogo inglês:

os neoliberais querem encolher o Estado; os socialdemocratas, historicamente, têm sido ávidos por expandi-lo. A Terceira Via afirma que o que é necessário é reconstruí-lo — ir além daqueles da direita *que dizem que o governo é o inimigo*, e daqueles da esquerda *que dizem que o governo é a resposta* (2001a, p. 80- grifos no original).

Concordamos com Martins Et alli (2010, p. 150), quando mostram que tal concepção tem sido fundamental ao conjunto da classe burguesa em sua tarefa educativa. Assim,:

Com efeito, difunde-se com o novo senso-comum que ao “novo Estado” cabe estimular ações e se apresentar como “parceiro” do mercado e do chamado “terceiro setor” em projetos desenvolvimento econômico e social, construindo, desse modo, a “sociedade de bem-estar”. Cabe, finalmente, em tempos de redefinição das relações de poder no plano nacional e internacional, ao Estado educar para a cultura cívica, para a nova sociabilidade e para os valores que lhe servem de esteio.

O clamor da Terceira Via pelo que chama de políticas de parceria entre Estado e sociedade civil é uma tônica constante. Segundo Giddens (2001a, p. 79) isso levaria a “... renovação e o desenvolvimento da comunidade”. Por isso temas como declínio cívico, proteção da esfera pública local, prevenção do crime, renovação comunitária através do aproveitamento de parcerias locais, promoção do voluntariado (GIDDENS, 2001a, p. 89) são recorrentes. A questão central é que a sociedade civil assuma “... tarefas que não podem ser realizadas pelo Estado” (2001b, p. 29). Assim, continua o autor, é preciso “... descobrir novas formas de defender o espaço público e redefinir as fronteiras entre o público e o privado” (2001b, p. 29), tendo como eixo a consideração de que a “... promoção de uma sociedade civil ativa é parte básica da política da Terceira Via” (GIDDENS, 2001a, p. 88). Ainda mais em contextos onde “... o governo se abstém de envolvimento direto” e que “... seus recursos podem continuar sendo necessários para apoiar atividades que grupos locais desenvolvem ou introduzem- sobretudo em áreas mais pobres” (Idem, p. 90).

POLÍTICAS DE ESPORTES E A TERCEIRA VIA EM AÇÃO

Essas concepções e práticas têm nos Organismos Internacionais relevantes disseminadores, cumprindo a tarefa política de educadores coletivos das classes dominantes e dominadas nas diversas formações sociais, a partir de seus documentos, de seus

financiamentos condicionados a determinadas formas de executar os programas- no nosso caso de esportes- e também da formação de quadros sob suas hostes. Isso coloca o papel dos Organismos Internacionais, e mais especificamente da UNESCO-ONU, em primeiro plano, sobretudo, de sua agenda para o campo dos esportes/ Educação Física (Melo, 2011).

Nos anos finais do século XX e nos anos iniciais do século XXI, o conjunto da burguesia não se descuida de conferir um papel central para os esportes no seu projeto de dominação de classe, redefinindo, no entanto, suas proposições, diretrizes e práticas. Há uma ação orgânica do ponto de vista teórico e também institucional capitaneada pelo Sistema ONU, buscando estruturar suas ações no campo dos esportes com base num programa político que traz em seu bojo as determinações pedagógicas do projeto de dominação da classe burguesa para o século XXI. Isso tem se traduzido em uma série de formulações concretas de programas nessas áreas, aproximação com organismos internacionais esportivos (confederações nacionais e internacionais) bem como a efetivação de ações em alguns países membros. Assim, nota-se que principais sujeitos políticos do campo esportivo em nosso tempo buscar estar vinculados a políticas estatais ou privados de (supostas) melhorias de condições de vida em diversas áreas, como saúde, educação assistência à infância e adolescência e etc. Além do envolvimento pessoal de atletas, tanto com suas fundações prestadoras de ações sociais de diversas ordens, como na condição de Embaixadores da ONU/UNICEF e a participação em campanhas de variadas naturezas, as próprias organizações do esporte de alto rendimento como as Confederações e Comitês Internacionais e seus congêneres nas diversas formações sociais se fazem presentes. A participação em campanhas de Jogo Limpo (Fair Play), contra o trabalho infantil, contra uso de drogas, contra violência entre povos tem sido comum nos campos, quadras, piscinas e afins. Sempre com forte cunho moralizante e com grau de consciência política que impossibilita qualquer vinculação das campanhas com a natureza exploratória da sociedade capitalista, tal envolvimento do campo do esporte em geral é parte relevante da nova pedagogia da hegemonia burguesa na atualidade.

Um exemplo efetivo dessa atuação orgânica da burguesia no âmbito dos esportes com vistas à obtenção do consenso pode ser apreendido pelo programa NBA CARES. Como o nome sugere, é promovido pela Liga de Basquetebol Estadunidense (em inglês National Basketball Association-NBA), com vistas a desempenhar ações sociais de diversas ordens envolvendo tantos os times- que na verdade são franquias pertencentes à Liga- e os jogadores. Como está explicitado no sítio do programa NBA CARES,

A NBA e seus times e jogadores tem alcançado crianças e suas famílias longe e

perto, de Boston a Pequim. O NBA CARES atua com organizações de assistência a juventude reconhecidas internacionalmente que estão abordando algumas dessas questões sociais: educação, desenvolvimento juvenil e familiar e questões de saúde. Como um comitê servindo as comunidades e vizinhança, o NBA CARES criou praças para crianças e famílias terem lugares para viver, aprender e jogar (NBA CARES, 2010).

Esse programa busca envolver tanto os times como seus jogadores. Os times/franquias envolvem-se em ações como manutenção de bibliotecas públicas, praças e quadras de basquete promovendo escolinhas de iniciação esportiva, bem ações relacionadas com sua cidade-sede (que pode mudar, como já ocorreu com diversos times na história da NBA, mantendo o último nome e mudando a cidade). Os jogadores realizam ações tanto dentro dos EUA como fora, sobretudo aqueles que são estrangeiros. Estes promovem ações em seus países de origem junto com outros jogadores, de preferências os destaques, com vistas a causar impacto midiático, tanto no que se refere a contato com crianças, como em programas assistenciais.

Além disso, o programa NBA CARES também cumpre a função de internacionalizar ainda mais a marca NBA pelo globo. A presença maciça de jogadores estrangeiros dos cinco continentes serve como elemento forte nesse processo de divulgação, sobretudo, por tratar-se de um negócio global televisionado para diversos países do mundo.

Menos do que destacar cada ação do programa NBA CARES e seu papel em intensificar a valorização da marca da NBA, dos times e de uma série de empresas associadas a realização do basquetebol, importa-nos vislumbrar como essa suposta face social assumida pela Liga ocupa um papel central em suas estratégias de legitimação. A soma de recursos envolvendo o espetáculo basquetebolístico tornar-se-ia secundário em face da preocupação dita social e humanitária demonstrada tanto pela Liga em geral, como pelos sportistas e times.

A despeito de todo esse movimento em torno dessa suposta faceta social dos esportes e grandes eventos esportivos, as premissas da ordem social burguesa falam mais alto quanto à necessidade de valorização do capital. Isso ficou deveras explícito na Copa do Mundo de Futebol em 2010 na África do Sul. Depois de uma projeção feita pelo governo sul-africano de que a realização da Copa do Mundo no país em 2010 implicaria por si em um crescimento econômico de 2,3%, para além das outras atividades econômicas do país, isso foi usado como atestado de uma suposta contribuição/legado dos grandes eventos ao país. Contudo, logo o governo sul-africano reviu sua projeção para um crescimento de apenas 0,5% do PIB em função da Copa do Mundo (RODRIGUES, 2010). Ainda que nesse caso, isso seja creditado à crise financeira mundial, que inclusive teria implicado num número

menor de turistas, ficou o alerta das reais contribuições desses grandes eventos. É preciso lembrar que os governos dos países assinam cartas de intenção em que há o compromisso de apoio financeiro irrestrito ao Comitê Organizador.

Não obstante, o retrato nítido das relações sociais capitalistas e de sua necessidade de realização do valor a qualquer preço, está expresso na mostra de que alguns símbolos e souvenirs oficiais da Copa do Mundo da África do Sul são produzidos por empresas chinesas, inclusive com força de trabalho infantil. O caráter mais anedótico, apesar de triste, é que uma das empresas responsáveis pela importação de tais produtos pertence ao líder do partido do Governo sul-africano, “e com benção da FIFA”, afirma ironicamente Rodrigues (2010), autor da reportagem. A realização do lucro está acima de qualquer coisa, o que não é surpreendente, a não ser por deixar o rei nu frente a essa revelação. Bandeiras, canecas, bonecos-símbolos do Mundial dentre outros produtos vendidos na África do Sul em função da Copa do Mundo vem da China, uma ditadura capitalista, por trás de um partido que possui comunista no nome e só. Isso tudo no contexto de uma taxa de quase 25% de desemprego na África do Sul, como mostram os dados trazidos por Rodrigues (2010). Retomando que uma das facetas do suposto legado dos grandes eventos esportivos seriam o incremento da atividade econômica no país/cidade organizador do mesmo e a geração de empregos essa reportagem deixa mais uma vez nua a hipocrisia capitalista.

Além do debate apresentado anteriormente acerca do chamado programa social da Liga de Basquetebol profissional estadunidense (NBA CARES), também do outro lado do Atlântico há movimentações relevantes para situarmos os esportes no bojo do projeto dominante contemporâneo. Em 2002, o Governo Britânico encomenda ao Conselho Central de Educação Física e Recreação (CCPR) um documento acerca das contribuições do esporte e Educação Física para melhoria das condições de vida, com vistas a subsidiar suas intervenções nesse campo. Isso dá origem ao documento “Todos vencem: esporte e inclusão social”³, editado pelo CCPR em que defende a necessidade da ampliação dos recursos governamentais para as ações esportivas. Na epígrafe, o então primeiro-ministro Britânico Tony Blair afirma que investimentos em ações esportivas seriam “uma das melhores políticas anti-crimes que nós temos. Também é uma boa política de saúde e educação” (In: CCPR, 2002, p. 2). Por isso, o relatório pretende “mostrar como o esporte pode ajudar na obtenção dos objetivos governamentais em políticas de educação, saúde, [combate] da criminalidade e inclusão social” (CCPR, 2002, p. 3), além de conclamar que os britânicos

³ No original “Everybody Wins: Sport and Social inclusion”. Todas as citações foram traduzidas pelo autor.

deveriam liderar “o mundo para que as políticas de esportes dos governos encorajem ações de inclusão social” (p. 3).

Esse documento é dividido entre os 5 temas defendidos que trariam a contribuição dos esportes. Um desses é intitulado “Esporte e prevenção de crimes”. Mesmo reconhecendo que o “esporte não é uma cura mágica para o crime”, o documento afirma ser um “ingrediente chave no enfrentamento das causas de comportamento antissocial e crimes de rua” (p. 4).

É relevante notar que na terra de Anthony Giddens a defesa da importância das políticas de esporte vem acompanhada da defesa da atuação das organizações ditas voluntárias na promoção dessas ações. Isso indica que a atuação do chamado terceiro setor nas políticas de esporte, uma das bases do projeto político da terceira via, ocupa papel central na Grã-Bretanha. Isso fica explícito quando o CCPR afirma que “o esporte voluntário e o setor de recreação podem desempenhar um papel central com as diversas agências para promover os níveis de atividade física. Isso irá requerer investimentos dedicados para o engajamento ativo de organizações voluntárias” (2002, p. 7).

Um dos temas mais importantes é o chamado “Esporte e Coesão Social” (p. 10). A partir do reconhecimento de que o “esporte tem o poder de unir as pessoas” (p. 10), o CCPR defende que investir em esportes pode ser um ponto central para “quebrar barreiras sociais e criar uma sociedade civil saudável” (p. 10). O papel pedagógico desempenhado por essas manifestações culturais humanas não é desprezado pelos intelectuais orgânicos individuais e coletivos burgueses. Pensando a partir da realidade britânica, o documento afirma que:

esportes e oportunidades culturais podem desempenhar um importante papel no reengajamento de partes desajustadas [disaffecteded] das comunidades, construindo capital social partilhado e lideranças locais através da promoção da interação entre culturas (CCPR, 2002, p. 11).

— ~~Nas conclusões~~ do trabalho, o Conselho Central de Recreação Física se apresenta como vocalizador e propagandista da atuação do chamado terceiro setor no campo dos esportes e lazer. Isso é nítido quando afirma que agora haveria um “reconhecimento do papel que os governos nacionais, mediante seus clubes, suas equipes e voluntários, podem desempenhar na promoção da inclusão social. Investir em esportes no setor voluntário provoca um maior retorno que o investimento em outras áreas” (p. 14).

O relato desse documento é de suma relevância por ter produzido ainda na metade do Governo Tony Blair (1997- 2007) e contando com sua referência direta. Na terra da Rainha, e berço da sistematização do projeto político do capitalismo neoliberal da Terceira Via, os esportes e Educação Física não foram deixados de lado como parte desse projeto política da classe dominante.

Trazendo esse debate para as ações concretas no âmbito da Educação Física e Esportes por parte dos Organismos Internacionais, é possível afirmar que a década final do século XX marcou um momento em que essa ação se tornou mais orgânica e qualificada, sobretudo o Sistema ONU, que passou a abordar os esportes em sua atuação política e pedagógica, mediante a ação de suas agências, fundos de financiamento e escritórios temáticos, em consonância com as demandas do projeto histórico burguês para o século XXI.

É possível afirmar que os esportes passam a receber especial atenção por parte dos intelectuais orgânicos coletivos da burguesia a partir dos anos 1990 e 2000, tanto em nível internacional, como no Brasil. Apesar da aprovação da Carta Internacional de Educação Física e Esportes pela UNESCO em 1978, com indicações genéricas acerca do fato do esporte e educação física serem direitos de todos, somente nos anos 1990 isso se transforma em ações orgânicas e direcionadas.

Com vistas a conferir maior organicidade às intervenções políticas no campo dos esportes, a UNESCO realizou num intervalo de 5 anos (1999 e 2004) duas conferências intergovernamentais (MINEPS) com a participação dos Ministros de Esportes de diversos países, chanceladas pela ONU/UNESCO e Banco Mundial. Essas conferências intergovernamentais eram decenais até então- 1ª edição em 1976 e a 2ª Edição em 1988- tornando-se quinquenais na virada do século XX.

Outra iniciativa de grande vulto é a constituição de Força Tarefa diretamente pela Secretaria geral da ONU em 2002, para apresentar o relatório “Esporte para o desenvolvimento e a paz: em direção à realização das metas do milênio” (ONU, 2003). O objetivo dessa Força Tarefa foi “... rever as atividades que envolvem o esporte dentro do sistema das Nações Unidas” (p. 5). O objetivo central foi o de “promover a utilização mais sistemática e mais coerente do esporte em atividades relacionadas ao desenvolvimento e à paz, em especial no nível da comunidade (...)” (p. 5). Isso nos dá a exata dimensão de que a intervenção busca ganhar maior organicidade face às mudanças na própria pedagogia da hegemonia burguesa (Neves, 2005) que precisariam atingir o campo do esporte. Não por acaso esse esforço envolveu diversas agências do sistema ONU, como por exemplo, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), UNHCR (Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados), UNICEF (Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças), UNODC (Escritório das Nações Unidas para o Combate às Drogas e ao Crime), UNV (Voluntários das

Nações Unidas), OMS (Organização Mundial da Saúde), OIT (Organização Internacional do Trabalho). Esse grande arcabouço institucional dentro do sistema ONU indica que o esporte não é deixado de lado no âmbito da atuação dos organismos internacionais em nível mundial.

A perspectiva central do relatório foi detalhar a “contribuição potencial que o esporte pode oferecer para a realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (MDMs)” (ONU, 2003, p. 3). Mais especificamente busca pensar o “crescente papel das atividades esportivas em muitos programas das Nações Unidas”. Tendo em vista que oitava MDM propõe uma “parceria global para o desenvolvimento” a ONU afirma que o campo esportivo seria “uma parceria natural”. Isso se deve ao fato de que “em sua natureza o esporte envolve participação” envolvendo “também a inclusão e a cidadania”.

Um dos indícios de que o esporte e a educação física, a partir dos anos 2000, recebem maior atenção do Sistema ONU é a criação, em 2004, de um Grupo de Trabalho Internacional de Trabalho acerca da (suposta) relação entre Esporte, desenvolvimento e paz (GIT EDP). Conforme explicitado no relatório de 2008, o Grupo foi criado para “formular e promover a adoção de recomendações quanto a políticas, dirigidas aos governos, em prol da integração do esporte e das atividades físicas em suas estratégias e programas para o desenvolvimento nacional e internacional” (ONU, 2008, p. 5), tendo suas raízes no grupo de trabalho interações que elaborou o documento de 2003, aqui já citado. Sua criação se deu durante os Jogos Olímpicos de Atenas em 2004. Atualmente este grupo inclui “autoridades de mais de 50 países, 9 agências e programas e Fundos das Nações Unidas e um sem número de entidades intergovernamentais, federações esportivas e organizações civis” (2008, p. 5). Não por acaso, no ano seguinte, 2005, foi estabelecido pela ONU como Ano Internacional do Esporte e Educação Física, que mais tarde será objeto de nossa atenção mais sistematizada.

Na esteira do trabalho realizado pelo Grupo-tarefa sobre esporte e paz (ONU, 2003), a Assembleia Geral das Nações Unidas a partir de um suposto “reconhecimento do poder do esporte para contribuir ao desenvolvimento humano e saudável da infância e proclamou o ano de 2005 como o ano Internacional do Esporte e Educação Física” (2005, p. 2). Por conta disso, tanto a ONU como alguns governos estão decididos a “incluir os esportes em seus programas e políticas” (p. 2), e também nas ações de “ajuda externa”.

Nesse documento da ONU acerca do Ano Internacional há um tópico chamado “O Poder do Esporte”. Para ONU isso está relacionado como a contribuição do esporte e educação física ao “... crescimento econômico e social, melhoria da saúde pública e a un[ião] das diferentes comunidades” (2005, p. 3). Haveria, assim, uma contribuição e uma oportunidade, via esporte e educação física “para que a população marginalizada por barreiras

sociais, culturais ou religiosas, devido a questões de gênero, incapacidade física ou outro tipo de discriminações possam vivenciar a inclusão social e moral” (IDEM).

A perspectiva da ONU ao proclamar o ano de 2005 como Ano Internacional do Esporte e Educação Física é criar uma espécie de conclamação de “governos, sistema das Nações Unidas e as organizações desportivas” acerca das muitas possibilidades que os esportes poderiam ter na consecução de seus projetos. Não encontraremos nenhuma menção explícita ao aprofundamento da dominação do conjunto da classe burguesa a partir do campo do esporte e da educação física. Contudo, isso não implica numa posição política neutra. A ONU afirma que tal escolha do ano internacional buscou sensibilizar os governos e outros organismos supracitados a “trabalharem coletivamente e formar alianças baseadas na solidariedade e na cooperação; e a fortalecer a colaboração com os atores da sociedade civil” no âmbito dos esportes e da educação física. Dentre os resultados, um é extremamente relevante a nosso propósito:

Espera-se que o setor privado vinculado ao esporte (indústria manufatureira de artigos esportivos) e as federações esportivas internacionais se interessem cada vez em assuntos relacionados ao desenvolvimento humano e a construção da paz. Isto se pode obter mediante o estabelecimento de associações entre os setores públicos e o privado com as organizações do Sistema das Nações Unidas e um maior intercâmbio de informações em todo nível (2005, p. 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num momento em que o suposto fim do neoliberalismo é cantado e decantado aos quatro ventos, faz-se necessário discutir não somente sua permanência, mas aprofundamento com nova roupagem. Como alerta Harvey (2009) só é possível considerar que estamos diante do fim do neoliberalismo caso tenhamos uma visão extremamente pobre acerca do que venha ser tal fenômeno. É preciso tomar o neoliberalismo como um projeto político do conjunto da classe burguesa, dirigida por sua fração financeira, passível não somente de restaurar o poder dessa classe, mas garantir a hegemonia frente às classes dominadas, e convencer outras frações da classe dominante. Nesse sentido, é preciso compreender os mecanismos de luta política que executam os intelectuais orgânicos individuais e coletivos do capital no atual momento histórico.

Assim, a presença dos esportes nas ações políticas de alguns intelectuais orgânicos das classes dominantes traduz-se em tentativas de espriar elementos constitutivos do projeto dominante. O desnudamento dessas concepções pode abrir margem para enfrentamentos teóricos que explicitem seu papel na conservação da hegemonia do bloco no poder.

CAPITALISM NEOLIBERAL OF THIRD WAY AND POLICIYES OF

SPORTS: THE PEDAGOGY OF HEGEMONY IN THE FIELD

Abstract:

Neoliberal capitalism Third Way seeks to define its distinctive design as well as the old neoliberal social democracy, being implemented by calling the Center or Radical New Left. The set of questions that mark the neoliberal capitalist project of the Third Way focus on the sports field. This index called the promotion of voluntary work, said the actions of social entrepreneurs as well as in advertising these actions as central to coping with consequences of social issue.

Keys words: Third way, Policies of sports, capitalism

CAPITALISMO NEOLIBERAL TERCERA VIA Y POLÍTICAS DE DEPORTE: UNA PEDAGOGÍA DE LA HEGEMONÍA DE CAMPO

Resumen:

Tercera Vía capitalismo neoliberal busca definir su diseño distintivo, así como la vieja democracia social neoliberal, llevado a cabo mediante una llamada al Centro o Nueva Izquierda Radical. El conjunto de preguntas que marcan el proyecto neoliberal capitalista de la atención de la Tercera Vía en el campo de deportes. Este índice se llama la promoción del trabajo voluntario, dijo que las acciones de los emprendedores sociales, así como en la publicidad de estas acciones como un elemento central para hacer frente a las consecuencias de la cuestión social.

Palabras- claves: tercera via, políticas de deporte, capitalismo

REFERÊNCIAS:

GIDDENS, Anthony. Introdução. In: _____. (org.) O debate Global sobre a Terceira Via. São Paulo: Editora UNESP, 2007. pp. 17-49.

_____. A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

_____. A Terceira Via e seus críticos. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

GRÃ-BRETANHA. Central Council of Physical Recreation (CCPR). Everybody Wins: Sport and social inclusion. Londres-GBR: CCPR, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. Cadernos do Cárcere. Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

Grupo Internacional de Trabalho Esporte para Desenvolvimento e Paz. Informe Avaliativo: Grupo Internacional de Trabalho sobre Esporte para o Desenvolvimento e Paz (2004-2009). Nova Iorque: GIT EDP, 2009.

HARVEY, David. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola; 2008.

MARTINS, André Silva. A DIREITA PARA O SOCIAL: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MARTINS, André Silva Et All. Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria W. (org.). A direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010, p. 97-153.

MELO, Marcelo Paula de. Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2011.

NBA (Associação Profissional de Basquetebol Americana). NBA CARES. Disponível em: www.nba.com/nbacades. Acesso em 15-05-2011.

NEVES, Lucia Maria W. e MARTINS, André Silva. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, Lúcia Maria W. (org.). A direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010, p. 23-38.

ONU. Força Tarefa Inter-Agências da ONU. Esporte para o desenvolvimento e paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio. Nova Iorque; Nações Unidas; 2003.

ONU. Año Internacional de deporte y La educación física. Nações Unidas: Nova Iorque, 2005.

_____. Relatório da III Conferência Internacional de Ministros e Responsáveis por Educação Física e Esportes. (MINEPS III). Punta Del Este-UR. UNESCO, 1999.

ONU-UNESCO. Carta Internacional da Educação Física e Esportes. Paris: UNESCO, 1978.

RODRIGUES, Jorge Luiz. Na África do Sul, entre makarapas e decepção: uso de mão de obra ilegal e estrangeira cria polêmica. Mundial só deve contribuir com 0,5% no crescimento do país. In: Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28 de março de 2010. p.33.